



Câmara dos Deputados

À COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

Do Sr. Deputado Federal Padre João

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a formação de estoques estratégicos e públicos de alimentos.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, do art. 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública para debater sobre a formação de estoques estratégicos e públicos de alimentos.

:

1. Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
2. Representante da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)
3. Sérgio Schneider - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
4. Silvio Porto - Universidade Federal do Recôncavo Baiano
5. Representante do Forum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)
6. Representante de trabalhadores das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (CEASAMINAS)
7. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)
8. Representante da Confederação Nacional Dos Trabalhadores E Trabalhadoras Na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF)





Câmara dos Deputados

JUSTIFICATIVA

O acesso a alimentos é direito fundamental estabelecido na Constituição Federal, por meio da emenda número 64. Todo o cidadão brasileiro independente de sua posição social tem o direito a uma alimentação adequada. Uma alimentação que possa satisfazer suas necessidades e rica em nutrientes, capaz de lhe proporcionar uma vida saudável. Como um direito social, o direito a alimentação é um dever do Estado, para a manutenção da vida.

Em um contexto de pandemia da Covid-19, as famílias mais carentes estão sendo prejudicadas no acesso aos alimentos. Recente pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Rede PENSSAN, demonstra que 116,8 milhões de brasileiros viveram com algum grau de insegurança alimentar, em 2020. Quarenta e três milhões de pessoas não tinham alimentos em quantidade suficientes e 19 milhões enfrentavam a fome diariamente.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística confirmam que as famílias com menores rendas, estão sendo mais prejudicadas. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo- (IPCA), que mede a inflação em famílias até 40 salários mínimos, em 2020 aumentou em 4,52 %. Analisando-se o Índice Nacional de Preço ao Consumidor -INPC, que mede a inflação nas famílias com renda de 1 a 5 salários mínimos, a inflação foi de 5,44 %, sendo que no subitem alimentação no domicílio o aumento foi de 18,88 %.

As políticas públicas são importantes na questão do abastecimento alimentar, e a formação de estoques estratégicos e públicos pelos governos são um fator preponderante para evitar elevação de preços e desabastecimentos alimentar. Enquanto China e muitos países aumentaram seus estoques de alimentos com reflexos nos preços dos alimentos no Brasil durante a pandemia da Covid-19, o Brasil está com seus estoques públicos mais baixos nos últimos anos.

E ainda, ressaltamos que as Centrais de Abastecimentos estão inseridas no Programa Nacional de Desestatização – PND.





Câmara dos Deputados

Um debate na comissão de direitos humanos e minorias, sobre a importância do abastecimento alimentar, da formação de estoques públicos para garantirem o direito humano a alimentação é importante por tratar-se de tema de interesse de toda a sociedade brasileira.

Desta forma, solicito o apoio dos demais membros desta Comissão no sentido da aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2021.

Padre João

Deputado Federal – PT/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217144327400>

